

A privatização está de volta na Cemig

Cemig está criando uma empresa privada de desenvolvimento de software para o controle da rede de distribuição. Como ficam os trabalhadores? O Sindieletro não abre mão da defesa dos interesses da categoria e da Cemig

Em 22 de maio a Cemig completou 55 anos, mas se depender do atual governo de Minas e da direção da Companhia, não chegará inteira aos 60. Como “presente” de aniversário, o Conselho de Administração da Cemig aprovou, no dia 31 de maio, a privatização de outra área da empresa. Está sendo criada uma empresa para o desenvolvimento de software para o controle da

rede de distribuição.

Ou seja, os atuais sistemas da Cemig utilizados pelos COD's e pelas áreas de engenharia da distribuição serão repassados para a iniciativa privada. Na composição acionária, a Cemig entra com 49% do capital (veja, nesta página, quadro com dados sobre a participação dos demais acionistas).

Como sempre, é alegado

que a natureza dos negócios exige uma empresa ágil e uma estatal iria fracassar. Vale lembrar que a propaganda nazista era baseada no princípio de que “uma mentira repetida várias vezes se transforma em verdade”, e assim se formou o mito de eficiência da privatização.

A história mostra que as melhores e maiores empresas do Brasil foram constituídas

Foto: Sara Alves/Arquivo



COD's irão trabalhar com softwares criados na nova empresa

como estatais e que a maior parte das empresas privadas e privatizadas se mantêm às custas de isenção de impostos e corrupção. Só os governos do PSDB e aliados vão na contra-

mão dessa história. Se fosse possível fazer um exame de DNA na gestão deles, a constatação seria que privatizar e acabar com empregos está no sangue dos tucanos.



Fim da terceirização na Cemig

Justiça mantém o prazo de nove meses

A Justiça do Trabalho negou o recurso com efeito suspensivo ingressado pela Cemig sobre a ação do Ministério Público do Trabalho que determina o fim da terceirização. Na prática, o que a Cemig pedia é que o prazo de nove meses fosse suspenso enquanto houvesse recurso.

Em seu despacho, a juíza Raissa Rodrigues Gomide Máfia, diz: “indefiro o requerimento de recebimento do recurso com efeito suspensivo, ante os termos do artigo 899/CLT. Ademais, como determinado na sentença, as obrigações ali impostas deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos, antes do trâ-

sito em julgado”.

Isso significa que a Cemig tem até fevereiro de 2008 para fazer o concurso público que irá preencher as vagas hoje ocupadas pelos terceirizados. “A notícia é excelente. Independente dos recursos que a Cemig venha interpor, o que vigora é o despacho da juíza e o tempo continua correndo. Outro aspecto importante é que o recurso foi negado por outra juíza, o que confirma que a sentença em primeira instância está corretíssima”, comenta Rosângela Carvalho, assessora jurídica do Sindieletro.

“A Cemig não cumpre a lei e um dia a casa cai. Esperamos que a diretoria da Cemig tenha a responsabilidade de se preparar para o cumprimento da sentença, pois, caso contrário, a empresa terá de arcar com multas altas e nós vamos cobrar a responsabilidade”, afirma Wilian Vagner.

Trabalhadores criam software de ponta

A história do desenvolvimento de sistemas não é diferente do trabalho, dedicação e competência dos trabalhadores de outras áreas da Cemig. Sem apoio e sem recursos, e sempre ameaçados de aquisições externas, os trabalhadores criaram um software que supera o que existe no mercado.

De olho nesta oportunidade, várias empresas passaram a cobiçar o produto. Grandes multinacionais do setor, como a SAP e Solucionaria, manifesta-

ram o interesse em adquirir ou montar uma parceria com a Cemig. Mas o governo resolveu criar uma empresa em que é sócio minoritário e passar todo este conhecimento para ela.

Para os trabalhadores que desenvolveram um sistema de ponta, em vez de méritos, a Cemig recompensou com um caminhar de dúvidas: O que será feito deles? Serão cedidos? Se forem, até quando?

A Cemig pode manter seus trabalhadores cedidos para

uma empresa privada? E depois que a empresa já tiver sugado todo o conhecimento, eles retornarão para Cemig? São dúvidas que estão tirando o sono dos trabalhadores.

Perguntas que não querem calar

Os estudos realizados – como sempre, a preço de ouro pelas consultorias – apontam para o sucesso do empreendimento, mas não esclarecem as principais dúvidas:

- Por que não criar uma empresa pública que dê tanto retorno para os trabalhadores e para a sociedade?

- A Cemig pode escolher parceiros privados sem uma licitação pública?

- A Cemig pode doar sua tecnologia para uma empresa privada explorar?

- É possível privatizar a Cemig, ou parte dela, sem a aprovação de 3/5 da assembléia e sem o plebiscito previsto na Emenda Constitucional 50?

- A Cemig poderá comprar serviços e produtos desta empresa privada sem licitação?

DADOS DA NOVA EMPRESA

OBJETIVO	• Desenvolver, fabricar e comercializar equipamentos, softwares e sistemas para Gestão da Distribuição de Energia Elétrica (Centros de Operação, Redes e Subestações)
COMPOSIÇÃO	• Conselho de Administração de cinco membros – dois indicados pela Cemig • Três Diretorias – Presidente, Diretor Comercial e Diretor de Tecnologia
CAPITAL	49% Cemig
	12,75% Concert Technologies S.A. Empresa de solução de automação para o setor elétrico – proprietária do software xOMNI utilizado pela Cemig
	12,75% Nanssem S.A Instrumentos de Precisão Fabricante de medidores de energia e equipamentos de telemedicação
	12,75% Leme Engenharia LTDA Realiza projetos de gestão de obras
	12,75% FIR Capital Partners LTDA Investimento de capitais – Empresa ligada ao Ministro Walfrido dos Mares Gula – um dos principais articuladores da venda de 1/3 das ações ordinárias da Cemig e do famoso Acordo de Acionistas

FALTAM 190 DIAS PARA O FIM DA TERCEIRIZAÇÃO NA CEMIG

CUT lança campanha humanitária e cidadã de doação de órgãos e medula

Com base nos princípios da solidariedade, fraternidade e combate ao capitalismo, que exclui os mais pobres do pleno acesso ao tratamento de doenças mais graves, a CUT-MG lançou, no último dia 28, a campanha de doação de órgãos, tecidos e medula – Por uma Luta Humanitária e Cidadã.

As ações começaram por Minas Gerais, com panfletagem em Belo Horizonte, Ipatinga e Governador Valadares, conclamando a população a participar. Os trabalhadores estão sendo convocados ao Hemominas da capital para a coleta de sangue, exame de classificação de medula e cadastramento

no Registro Nacional de Medula Óssea (Redome).

A partir da próxima semana a CUT Nacional vai assumir e coordenar a campanha no restante do país. O Sindieletro está totalmente engajado e convoca a participação dos eletricitários.

O coordenador-geral do sindicato, Wilian Vagner, lembra que a solidariedade, neste caso, salva vidas. “Além de salvar vidas, estaremos contribuindo para que haja no país uma cultura de doação voluntária. Infelizmente, o número de doadores é ainda pequeno”, afirma.

Foto: Benedito Maia/



Campanha de Doação tem o apoio de várias entidades e sindicatos

Número de doadores não passa de 0,2% da população

Para se cadastrar

O telefone do Hemominas para mais informações sobre todo o processo de doação e agendamento de coleta de sangue visando o exame de compatibilidade é 0800-310101.

Mais informações e cadastramento também podem ser solicitadas no site www.hemominas.mg.gov.br. O doador voluntário precisa ter de 18 a 55 anos e boa saúde.

No Brasil há 420 mil doadores de medula cadastrados no Redome, o que representa apenas 0,2% da população brasileira. É um número muito pequeno diante dos mais de 1.500 pacientes que aguardam na fila de transplantes de medula.

Além disso, a chance de um doador não parente ser compatível com quem precisa do transplante é de uma para 100 mil.

Na comparação com outros países, o Brasil está bem atrasado. Na Alemanha, por exemplo, 25% dos habitantes são doadores.

Um guerreiro à frente da campanha

O principal mérito da campanha é do diretor do Sindieletro e presidente da CUT estadual, Lúcio Guterres. Mais que um guerreiro dos movimentos sindical e social, Lúcio luta pela própria vida desde que recebeu o diagnóstico de câncer, há pouco mais de um ano.

Em março, após passar por tratamento com quimioterapia e radioterapia, ele recebeu a notícia de que tinha leucemia, em consequência da metástase.

Assim como outros milhares de brasileiros, para Lúcio a única esperança é o transplante. A esperança é renovada a cada dia com a sua disposição de continuar na liderança dos movimentos sindical e social.

“Infelizmente, foi preciso

um drama pessoal para que dessemos conta da situação em que vivem os doentes que precisam de transplantes neste país. Mas nunca é tarde para fazer esta reflexão e encampar mais uma luta dentro da CUT”, destaca Lúcio Guterres.

Bancários da Caixa ampliam participação na gestão da Funcef

Os participantes da Funcef, o fundo de pensão dos trabalhadores ativos e aposentados da Caixa Econômica Federal, obtiveram uma grande conquista na luta pela democratização da gestão da entidade, que possui patrimônio de R\$ 30 bilhões.

Após três anos de mobilizações, eles conseguiram garantir a igualdade no número de representantes dos trabalhadores e da patrocinadora na Diretoria Executiva da Funcef. Agora, a representação é pari-

tária em todas as instâncias de poder da Fundação.

Para a Federação Nacional dos Bancários, a conquista é um marco nas lutas pela democratização da gestão da Funcef, mas falta garantir o fim do voto de desempate do presidente na própria Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Cláudia Ricaldoni, ex-diretora do Sindieletro e de Relações com os Participantes da Forluz, hoje assessora da Fun-

cef, destaca que a gestão compartilhada dos fundos de pensão de estatais é uma tendência no país. Contudo, a Forluz e Cemig ainda não se deram conta, continuam ignorando a reivindicação dos participantes de paridade em todas as suas instâncias de poder.

“A Forluz foi o primeiro fundo de pensão do Brasil a garantir a eleição do diretor de Relações com os Participantes e paridade na gestão do plano B, mas parou por aí”, lembra.

Cemig terá de pagar R\$75 mil por morte de pedreiro

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) condenou a Cemig a pagar R\$ 75 mil de indenização aos três filhos menores de um ajudante de pedreiro que sofreu uma violenta descarga elétrica e morreu em 7 de fevereiro de 2005.

A empresa deverá ainda pagar uma pensão mensal à família. Segundo parentes do ajudante, naquele dia, um acidente automobilístico provocou a queda de um poste, deixando os fios de alta tensão rompidos e expostos em frente à residência dos pais da vítima.

Segundo eles, a Cemig foi acionada por diversos moradores da região, mas, devido à de-

mora no atendimento, a vítima tentou afastar por conta própria a rede elétrica, quando recebeu violenta descarga elétrica e morreu.

A Cemig se defendeu sob o argumento de que o ajudante de pedreiro agiu com imprudência ao tentar retirar o cabo de energia do local.

O desembargador Wander Marotta concluiu que a vítima agiu por necessidade, tendo em vista o perigo a que sua família estava exposta. “A Cemig foi acionada, mas demorou a comparecer; ficando os cabos rompidos expostos na via pública. O fato colocou em risco a vida daqueles que moravam nas proximidades”.

Furtos constantes no Q14 colocam em risco a segurança dos trabalhadores

Fotos: Benedito Maia

A Cemig do Quarteirão 14 virou alvo de ladrões e invasores durante os finais de semana. O objetivo é roubar ferramentas, computadores e materiais pertencentes à empresa

No último final de semana uma nova invasão obrigou os seguranças noturnos a disparar tiros para afugentar os ladrões. Estes constantes ataques, que normalmente ocorrem à noite, têm colocado em risco empregados em horas extras e/ou retornando de serviços externos, além de colocar em risco também os vigilantes.

Os trabalhadores afirmam que os roubos começaram a se tornar sistemáticos há um ano, mas que no último mês, as ocorrências se intensificaram. Existem quatro portarias no quarteirão 14, mas apenas uma é vigiada por dois seguranças. Esse número é insuficiente, devido as dimensões da área. Em caso de disparo do alarme, apenas um segurança verifica o que está acontecendo, se expondo ao risco, sem a cobertura de outro colega.

Inércia

De acordo com um dos diretores do Sindieletrô no local, Jair Gomes, o setor responsável pela segurança, LI/LA – Segurança Patrimonial, prometeu providências para a situação, mas até agora nenhuma ação concreta foi percebida. No dia 13 de julho os diretores do Sindicato no quarteirão 14 estiveram no setor mais atacado.

Os diretores questionaram às gerências do quarteirão quanto a iluminação precária das vias internas do local (problema minimizado, devido a ação da CIPA-GT/LS), cercas danificadas e inadequadas (em alguns pontos muito baixas) e se o sistema de alarme está funcionando em perfeito estado. Um relatório foi elaborado e enviado para as diversas Cipas do local.

Além dos furtos, os diretores descobriram que tem acontecido o sumiço de equipamentos da Cemig. “Para estas ocorrências não há um desfecho concreto que aponte os envolvidos no desvio”, afirma Jair Gomes. Os trabalhadores também demonstram preocupação com estes acontecimentos.

No fim de semana dos dias 18 e 19 de agosto foi registrado o roubo de um computador, duas impressoras e um scanner. Após esta ocorrência, investigadores solicitaram aos trabalhadores cópias de documentos de identidade para averiguações. Tal medida foi questionada por alguns eletricitários, que se sentiram constrangidos e sob suspeita.



Iluminação precária e cercas danificadas e inadequadas facilitam a ação dos ladrões e contribuem para a insegurança dos trabalhadores

DRT aponta que empreiteira causou acidente fatal ao energizar rede para evitar furto de cabos

Segundo investigação feita pela Delegacia Regional do Trabalho, a Cetec, empreiteira credenciada pela Cemig, energizou a rede elétrica em Nova Serrana com os trabalhadores ainda em atividade

Após a denúncia feita pela Regional Oeste do Sindieletrô, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) apurou o acidente de trabalho que matou Ronaldo da Costa Teixeira, em março deste ano, em Nova Serrana.

O relatório do acidente comprovou o que o sindicato já havia denunciado à Cemig: as empreiteiras estão energizando a rede antes de ser aprovada para evitar o roubo dos cabos. E os trabalhadores que se cuidem, porque o importante para as empreiteiras é não ter prejuízo material. “A Cemig perdeu o controle sobre as empreiteiras”, constata Celso Primo, coordenador da Regional Oeste.

Na apuração das causas do acidente, os fiscais da DRT encontraram várias falhas que geram 13 autos de infração a empreiteira Cetec. Dentre as irregularidades estão desde a falta de planejamento para realização da tarefa até o excesso de jornada de trabalho.

A empreiteira foi autuada por “deixar de obedecer nos procedimentos de desenergização do sistema elétrico as seqüências previstas”, “permitir realizações de serviços em instalações elétricas sem que haja ordem de serviço específica contendo os procedimentos de trabalho a serem adotados”, “construir ou operar instalações elétricas sem

garantir a segurança dos trabalhadores”, dentre outras.

Negligência

Para o coordenador da Regional Oeste, “não foi à toa que a empreiteira tentou esconder o acidente e a Cemig tratou uma tragédia como um simples acidente com terceiros”. Segundo ele, a Cemig tratou o acidente com o maior desleixo – mesmo tendo acontecido em sua rede – porque a empreiteira havia sido contratada pela Prefeitura de Nova Serrana.

“Entretanto, para ser contratada pela Prefeitura a empreiteira tem de ser credenciada pela Cemig. A Cemig dá uma ‘carta

de apresentação’ e depois diz que não tem nada com isso”, afirma Celso Primo. A gerência da Cemig na região também não sabia sequer o local exato onde havia acontecido o acidente. A primeira reunião de Cipa envolvendo a cidade de Nova Serrana não pretendia tocar no assunto.

“O acidente só foi comentado porque eu estava presente. Se a Cemig não trata os acidentes fatais na Cipa imagina os outros assuntos”, compara o coordenador da Regional Oeste. A empreiteira Cetec também não realizou reunião de Cipa para tratar do acidente, o que gerou mais uma autuação da DRT.

Justiça ainda que tardia

Movimento nacional aposta na retomada da Vale do Rio Doce

Em setembro a população poderá dar a sua opinião sobre a anulação do leilão que privatizou a Companhia Vale do Rio Doce. A consulta será feita durante o Plebiscito Popular promovido por várias entidades, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dez anos após a venda da estatal numa articulação internacional nebulosa.

O objetivo é ampliar o debate e buscar apoio popular para reverter o maior golpe ao patrimônio nacional. O Sindieleto participará do Plebiscito e, para facilitar a participação dos eletricitários, colocará ponto de votação na sede da Cemig, em BH e em outras cidades do Estado.

Apesar da maior exportadora de ferro do mundo e maior empresa brasileira em patrimônio – no solo, subsolo, águas, portos, ferrovias e florestas –

não ter preço, foi vendida em 1997. Sob o discurso da modernidade do ex-presidente FHC, que buscava “fazer caixa”, a Vale foi entregue por R\$ 3,3 bilhões, valor 23 vezes menor que seu patrimônio.

Hoje pertence a Valepar S.A (Previ, Bradespar, Mitsui e Eletron), sendo que muitos são investidores estrangeiros que lucraram com a retirada anual de 30 milhões de toneladas de minerais estratégicos do solo brasileiro.

O resultado do Plebiscito será apresentado ao Congresso Nacional e ao Governo Federal no dia 25 de setembro. Além da disputa nos tribunais, os movimentos populares apostam na mobilização da sociedade.

Foto: Samuel Tosta



Manifestação pede a anulação do leilão da Vale do Rio Doce

Mais de cem ações questionam a venda

Nas instâncias judiciais do país há 107 processos contra o leilão da Vale do Rio Doce, tendo entre os réus o ex-presidente Fernando Henrique e a União. As ações populares e civis públicas apontam ilegalidades no edital e no leilão, como a ligação entre avaliadores e os arrematantes. O Bradesco participou do consórcio de avaliação da venda

da Vale e atualmente é acionista da empresa, assim como a consultora americana Merrill Lynch, que tinha negócios com o Anglo American, grupo que participou da compra da Vale.

O governo de Fernando Henrique nunca respondeu quanto havia em caixa na Vale na data do leilão ou quanto o BNDES emprestou aos com-

pradores. Diante das graves irregularidades, em dezembro de 2005, o Tribunal Regional Federal (TRF) acatou uma ação judicial e reconheceu erro na avaliação do valor da venda. O TRF quer a apuração dos vícios no edital e das denúncias de que o valor da empresa foi subestimado e poderá decidir pela anulação da operação.

Lucros presentes e futuros eram objetos de cobiça

Antes do leilão, especialistas e funcionários da Vale previam que a lucratividade da empresa aumentaria, devido à liquidação da sua dívida com o projeto Carajás e à abertura de grandes minas de ouro. Também era previsto que, após décadas de administração competente e estatal, os lucros da Vale seriam atribuídos à privatização.

Dez anos após o leilão, os prejuízos da privatária para os brasileiros crescem na proporção em que aumentam os lucros dos investidores da Vale com a crescente retirada de minério do país. No primeiro semestre deste ano, a empresa teve lucro líquido de 10,9 bilhões de reais, 80% acima do mesmo período do ano passado.

Na escalada mundial da comercialização de minério,

o Brasil é responsável por 69,7% da produção de aço bruto da América do Sul.

O diretor do Sindieleto, Marcelo Correia, ressalta que, não foi vendida apenas uma empresa, mas entregue à iniciativa privada todo o patrimônio mineral do país. “A empresa se transformou em uma enorme multinacional cujos interesses no Brasil são a exploração de nossas reservas minerais e de nossos recursos energéticos, já que a Vale hoje é parceira da Cemig em usinas hidrelétricas em Minas Gerais”, denuncia.

Em entrevista à Agência de Notícias Adital, o jurista Eloá Cruz, avaliou que o Plebiscito dará maior visibilidade ao papel da empresa e levará à afirmação de auto-estima, dignidade humana e cidadania da nação brasileira.

